

Cirurgiões do IPO do Porto entregam escusas de responsabilidade

written by Vitor Lima | 16 de Abril, 2026



Vinte e três cirurgiões-gerais do Instituto Português de Oncologia do Porto (IPO do Porto) apresentaram **escusas de responsabilidade**, denunciando que estão a ser chamados a **assegurar situações clínicas fora da sua área de especialização**, segundo informação avançada por estruturas sindicais do setor.

Os médicos alertam que a prática de atos fora da especialidade **pode comprometer a segurança dos doentes e a qualidade dos cuidados prestados**, numa unidade de referência nacional no tratamento oncológico.

De acordo com fontes sindicais, os profissionais terão formalizado, por escrito, a recusa de assumir responsabilidades clínicas que consideram não estar enquadradas na sua formação específica, invocando princípios

deontológicos e legais. Em causa estarão pedidos para assegurar intervenções ou avaliações clínicas que ultrapassam o âmbito da cirurgia geral, num contexto de pressão assistencial crescente.

A situação estará relacionada com **carências de recursos humanos e reorganização interna dos serviços**, cenário que, segundo os sindicatos, se tem agravado nos últimos meses. As mesmas fontes defendem que a resposta às necessidades dos doentes deve ser garantida com reforço de equipas e não com a redistribuição de funções fora das competências médicas.

Contactada, fonte hospitalar indicou que o IPO do Porto está a analisar a situação, sublinhando que **“todas as decisões clínicas são orientadas pelo interesse dos doentes e pelo cumprimento das normas em vigor”**. Não foram, contudo, adiantados detalhes sobre eventuais medidas corretivas.

A Ordem dos Médicos recorda que os médicos devem atuar dentro da sua competência técnica e científica, podendo recorrer ao mecanismo de escusa de responsabilidade sempre que considerem não estarem reunidas as condições adequadas para a prática segura de atos clínicos.

Os sindicatos exigem uma intervenção urgente do Ministério da Saúde, defendendo a **abertura de vagas e a contratação de especialistas** para garantir o funcionamento regular dos serviços e evitar a repetição de situações semelhantes. Até ao momento, o Ministério da Saúde não reagiu publicamente ao caso.

Fontes:

- *Federação Nacional dos Médicos*
- *Sindicato Independente dos Médicos*
- *Ordem dos Médicos*
- *Fonte hospitalar do Instituto Português de Oncologia do Porto*